



By @kakashi_copiador



Estratégia
Concursos

Aula 05

*CNU - Concurso Nacional Unificado
(Diversos Cargos) Bizu Estratégico -
2024 (Pós-Edital)*

Autor:

**Vinícius Peron Fineto, Aline
Calado Fernandes, Diogo Matias
das Neves, Fernanda Harumi
Amaral Jo, Elizabeth Menezes de
Pinho Alves, Guilherme Carvalho,
Arthur Fontes da Silva Jr, Leo
Mandarino, Paulo Júnior,**

BIZU ESTRATÉGICO DE FINANÇAS PÚBLICAS

CNU (PÓS-EDITAL) DIVERSOS CARGOS

Olá, prezado(a) aluno(a). Tudo certo?

Neste material, traremos uma seleção de *bizus* da disciplina de **Finanças Públicas** para o **CNU (Pós-Edital) Diversos Cargos**.

O objetivo é proporcionar uma revisão rápida e de alta qualidade aos alunos por meio de tópicos que possuem as maiores chances de incidência em prova.

Todos os *bizus* destinam-se a alunos que já estejam na fase bem final de revisão (que já estudaram bastante o conteúdo teórico da disciplina e, nos últimos dias, precisam revisar por algum material bem curto e objetivo).

Este bizu foi confeccionado tomando-se como base os livros digitais elaborados pelo professor **Celso Natale**, além das atualizações e revisões elaboradas pela equipe de professores de **Finanças Públicas** do Estratégia Concursos.

Vinicius Peron Fineto



@viniciuspfneto

Leonardo Mathias



@profleomathias



ANÁLISE ESTATÍSTICA

Segue abaixo uma análise estatística dos assuntos mais exigidos no âmbito da disciplina de Finanças Públicas:

Finanças Públicas	
Assunto	% de cobrança
Transparência, Controle e Fiscalização na LRF (arts. 48 a 59)	15%
Estágios da Receita e Despesa	12%
Instrumentos Orçamentários (PPA, LDO e LOA)	10%
LRF Parte II: Despesa Pública na LRF	8%
LRF Parte I: Introdução à LRF. Planejamento	8%
Falhas de mercado	5%
Funções do Estado (Distributiva, Alocativa, Estabilizadora)	5%

Pessoal, neste material abordaremos os tópicos mais relevantes, por possuírem um custo-benefício elevado no nosso concurso. Dessa forma, os demais assuntos não serão contemplados neste *bizu*.

Segue uma tabela contendo a numeração dos *bizus* referentes a cada tópico abordado e os respectivos cadernos de questões selecionadas no nosso SQ:



Finanças Públicas		
Assunto	Bizus	Caderno de Questões
Transparência, Controle e Fiscalização na LRF (arts. 48 a 59)	1 a 3	http://questo.es/8bvm17
Estágios da Receita e Despesa	4	http://questo.es/bnkxcx
Instrumentos Orçamentários (PPA, LDO e LOA)	5 a 8	http://questo.es/8kieg2
LRF Parte II: Despesa Pública na LRF	9 a 18	http://questo.es/lg7huk
LRF Parte I: Introdução à LRF. Planejamento	19 a 21	http://questo.es/wwpl3m
Falhas de mercado	22 a 28	http://questo.es/jd2zwh
Funções do Estado (Distributiva, Alocativa, Estabilizadora)	29 a 31	http://questo.es/j91gr7



Apresentação

Olá, futuro (a) aprovado (a)! Antes de darmos início aos nossos trabalhos, farei uma breve apresentação:



Meu nome é **Vinícius Peron Fineto**, tenho 33 anos e sou natural do Rio de Janeiro. Sou formado em *Administração Pública* pela Escola Naval (2013) e pós-graduado em *Gestão Pública* pela UFRJ (2019). Atualmente, exerço com muito orgulho o cargo de **Auditor Fiscal da Receita Estadual de Santa Catarina (SEFAZ-SC)**.

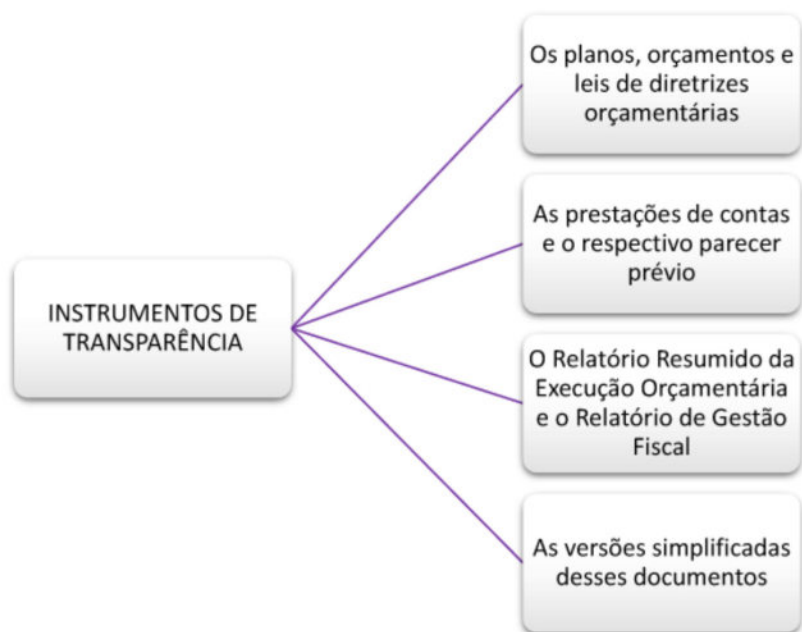
Meu contato com os concursos públicos começou cedo: aos 15 anos, em 2006, fui aprovado em alguns certames militares de nível médio existentes no Brasil (*Colégio Naval e Escola Preparatória de Cadetes do Ar - EPCAr*). Após 10 anos, voltei a estudar para concursos públicos, tendo tido a felicidade de ser aprovado para os cargos de Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas de Pernambuco (**TCE-PE 2017**), Auditor do Estado do Rio Grande do Sul (**CAGE-RS 2018**) e Auditor Público Externo do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul (**TCE-RS 2018**), antes de ser aprovado na **SEFAZ-SC 2018**. Como podem perceber, há não muito tempo atrás, eu estava justamente aí onde você, concurseiro (a), está nesse momento. Logo, tentarei utilizar da minha experiência para auxiliá-lo (a) na disciplina de **Finanças Públicas**. Fiz uma análise bem cautelosa dos pontos mais queridos pela banca, e todos eles estão aqui! Cada questão no concurso vale ouro, então não podemos dar bobeira! Mãos à obra!

Vinicius Peron Fineto



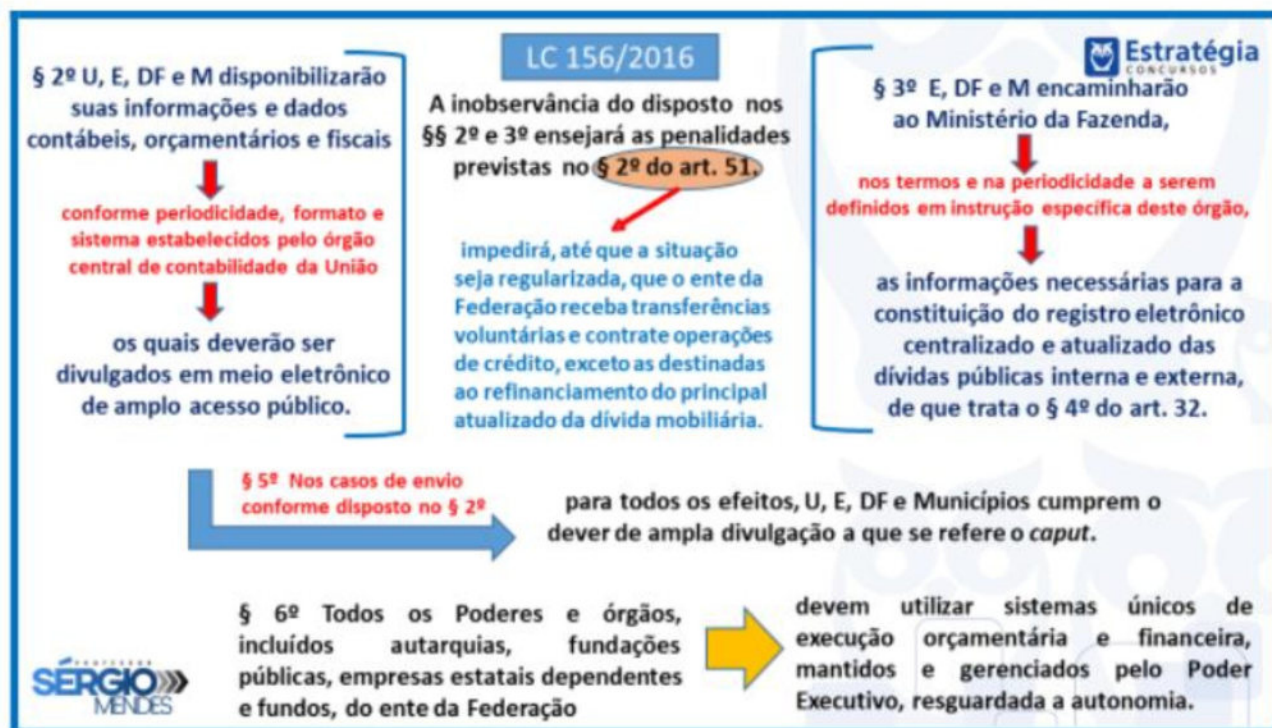
Transparência, Controle e Fiscalização na LRF

1) Instrumentos de transparência



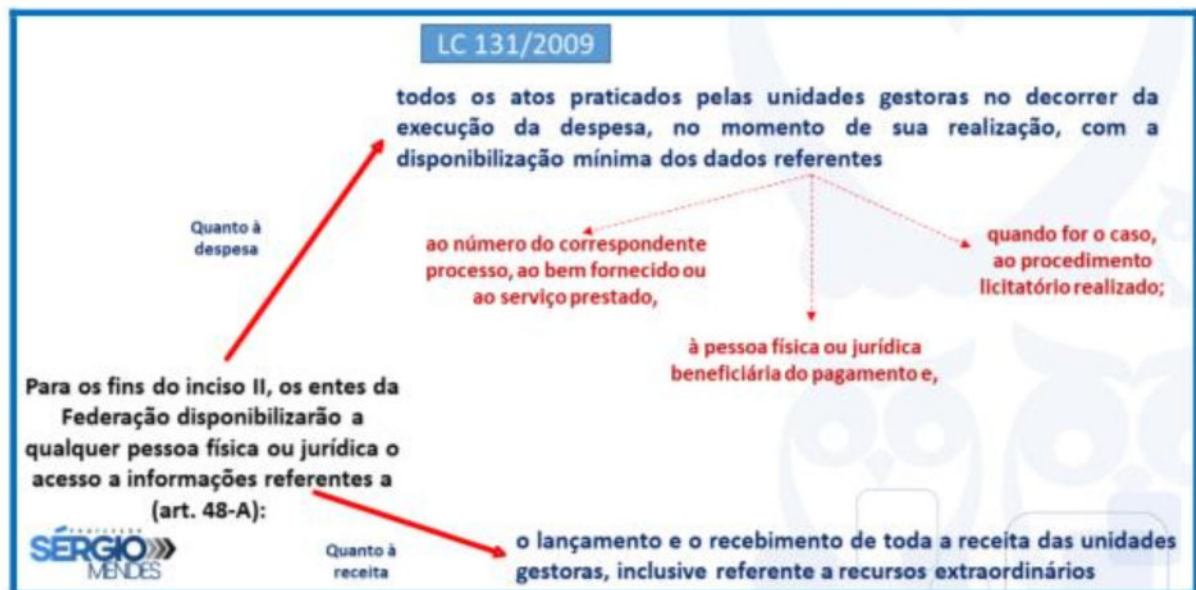
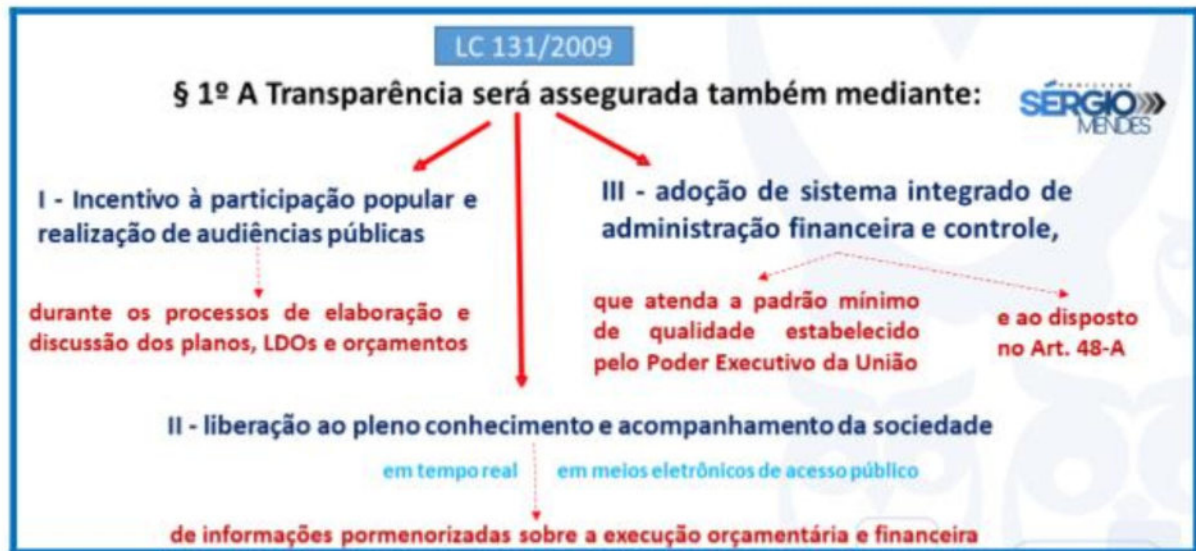
Disposições da LC 156/2016 incorporadas à LRF:





Disposições da LC 131/2009 incorporadas à LRF:





A transparência será assegurada também mediante:

- I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;
- II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público; e
- III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

Art. 73-C. O não atendimento, até o encerramento dos prazos previstos no art. 73-B, das determinações contidas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e no art. 48-A sujeita o ente à sanção prevista no inciso I do § 3º do art. 23.

slide anterior

o ente não poderá receber transferências voluntárias

SÉRGIO MENDES

2) Escrituração e consolidação das contas

- ✓ De acordo a LRF, além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas **observará as seguintes**:

Escrituração das Contas

Art. 50. Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:

- ✓ I - a disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada;
- ✓ II - a despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de caixa;
- ✓ III - as demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, inclusive empresa estatal dependente;
- ✓ IV - as receitas e despesas previdenciárias serão apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos;
- ✓ V - as operações de crédito, as inscrições em Restos a Pagar e as demais formas de financiamento ou assunção de compromissos junto a terceiros, deverão ser escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no período, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo de credor;
- ✓ VI - a demonstração das variações patrimoniais dará destaque à origem e ao destino dos recursos provenientes da alienação de ativos.

Estratégia CONCURSOS

SÉRGIO MENDES

- ✓ Demonstrações conjuntas: no caso das demonstrações conjuntas, excluir-se-ão as **operações intragovernamentais** (dentro do mesmo governo).



Consolidação das contas

- ✓ O **Poder Executivo da União** promoverá, até o dia **30 de junho**, a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior, e a sua divulgação, inclusive por meio eletrônico de acesso público. Para isso, os estados e os municípios encaminharão suas contas ao Poder Executivo da União nos seguintes prazos: **os municípios, com cópia para o Poder Executivo do respectivo Estado, até 30 de abril; e os Estados, até 31 de maio**

 Consolidação das Contas	Envio dos Municípios: 30/04 Envio dos Estados: 31/05 Consolidação da União: 30/06
---	--

- ✓ Nada obstante, a Lei Complementar 178/2021 dispõe que, a partir de 2022, os Estados e os Municípios encaminharão suas contas diretamente ao Poder Executivo da União até **30 de abril**. Ou seja, a data limite será a mesma para os entes estaduais e municipais.
- ✓ Além disso, também a partir de 2022, caso ocorra descumprimento dos prazos, até que a situação seja regularizada, somente serão permitidas operações de crédito pelo Poder ou órgão destinadas ao pagamento da dívida mobiliária (e não para o seu refinanciamento, como ocorria até então).

3) Prazos RREO e RGF

- ✓ O **RGF** será elaborado **ao final de cada quadrimestre** e será emitido pelos titulares dos Poderes, órgãos e entidades.
- ✓ O **RREO** abrange todos os Poderes, órgãos e entidades e será publicado até **trinta dias após o encerramento de cada bimestre**.



Estágios da Receita Pública e da Despesa Pública

4) Estágios da Receita e da Despesa

i. Etapas da receita orçamentária (Mnemônico - "PLAR"):

➤ **Planejamento:** previsão

➤ **Execução:**

- **Lançamento:** verifica-se quem é o devedor, qual valor, qual fato gerador. Receita realizada sob o enfoque patrimonial. Tipos:
 - Declaração - efetuado com a colaboração do próprio contribuinte. Ex: Imposto de Importação.
 - Homologação - Efetuado pelo próprio contribuinte e posteriormente homologado pela Administração Pública. Exemplos: IR, ISS, IE, IPI, etc.
 - Ofício - Efetuado unilateralmente pela Administração, sem a intervenção do contribuinte. Exemplos: IPVA e IPTU.
- **Arrecadação:** contribuinte paga a um agente recebedor. Receita realizada sob o enfoque orçamentário.
- **Recolhimento:** agente que recebeu o pagamento transfere aos cofres públicos, observado o princípio da Unidade de Caixa/Tesouraria. Apenas nesse estágio ocorre a efetiva entrada de recursos financeiros arrecadados nos cofres públicos.

➤ **Controle e avaliação:** fiscalização realizada pelos órgãos de controle e pela sociedade, avaliação do desempenho da arrecadação - combate à sonegação, ações de recuperação de crédito e medidas para incremento da receita.

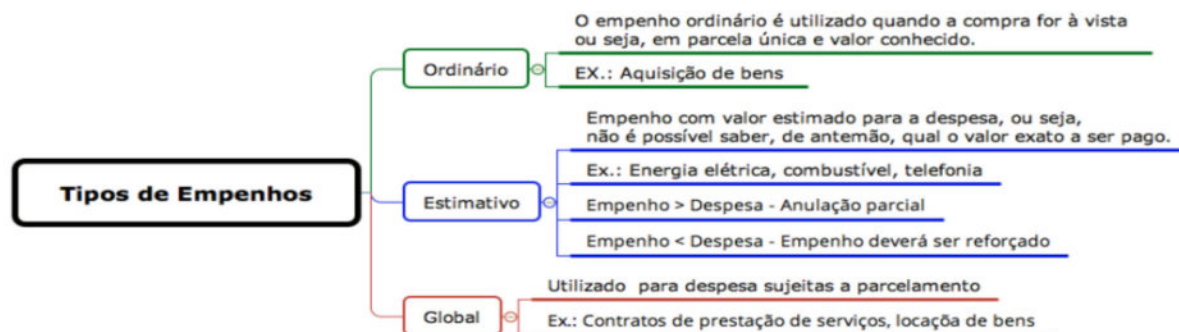
ii. Etapas da despesa orçamentária (Mnemônico "FELP"):

➤ **Planejamento:** fixação, descentralização de créditos, programação orçamentária e financeira, e processo de licitação e contratação.

➤ **Execução:**

- **Empenho:** autoridade competente cria para o Estado a obrigação de pagamento, dentro do limite de crédito concedido, pendente ou não de implemento de condição. É vedada a realização de despesa sem prévio empenho, salvo no caso de urgência em que se admite o empenho contemporâneo à realização da despesa.





- **Liquidação**: conferir se determinado empenho foi entregue, verifica se o direito foi adquirido pelo credor. Reconhece a origem e o objeto do que se deve pagar, a importância e a quem será pago.
 - **Pagamento**: se o combinado foi entregue (liquidado), haverá o pagamento.
- **Controle e avaliação**: fiscalização realizada pelos órgãos de controle e pela sociedade; avaliação da ação, gestão e aplicação dos recursos públicos.

Instrumentos Orçamentários

5) Leis Orçamentárias

- i. Leis Orçamentárias: leis ordinárias, propostas pelos Poder Executivo e aprovadas pelo Legislativo.
- Plano **Plurianual** (PPA).
 - Lei de **Diretrizes Orçamentárias** (LDO).
 - Lei **Orçamentária Anual** (LOA).

Vigência		Encaminhamento ao Poder Legislativo	Retorno ao Poder Executivo para sanção
PPA	4 anos	Até 4 meses antes do término do 1º exercício (31 de agosto)	Até o encerramento do segundo período da sessão legislativa do exercício em que foi encaminhado (22 de dezembro)
LDO	Anual*	Até 8 meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro (15 de abril)	Até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa (17 de julho)



LOA	Anual	Até 4 meses antes do término do exercício financeiro (31 de agosto)	Até o encerramento do segundo período da sessão legislativa do exercício de sua elaboração (22 de dezembro)
------------	-------	---	---

- ii. União, Estados, DF e Município têm seus próprios PPAs, LDOs e LOAs.
- iii. União, Estados e DF legislam concorrentemente sobre direito financeiro e o orçamento.

6) Plano Plurianual

- i. A lei que institui o **Plano Plurianual (PPA)** estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- ii. Vigência: **4 anos**. Inicia-se no segundo exercício financeiro do mandato do chefe do Executivo e finaliza-se no primeiro exercício financeiro do mandato subsequente.
- iii. Instrumento de médio prazo.
- iv. **Integram o PPA 2020-2023:**
 - Programas **Finalísticos** - ações orçamentárias e não orçamentárias, suficientes para enfrentar problema da sociedade, conforme objetivo e meta.
 - Programas de **Gestão** - ações orçamentárias e não orçamentárias relacionadas à gestão da atuação governamental ou à manutenção da capacidade produtiva das empresas estatais.
 - Investimentos **Plurianuais Prioritários** - Impactam o programa finalístico em mais de 1 exercício financeiro.
 - Investimentos **Plurianuais das Empresas Estatais Não Dependentes** - abrangem empresas controladas pela União, cujas programações não constem do Orçamento Fiscal ou da Seguridade Social.

7) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

- i. **Funções** da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO):



- Prever as metas e prioridades da administração pública;
- Orientar a elaboração da LOA;
- Dispor sobre alterações na legislação tributária (a LDO considera tais alterações, mas não pode criar, aumentar, suprimir ou autorizar tributos);
- Estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomentos; e
- Inclui as despesas de capital para o exercício seguinte.

ii. **Características:**

- Alterações na LDO devem ser compatíveis com o PPA.
- *Anual, **porém sua vigência extrapola o exercício financeiro**, pois é aprovada no primeiro período legislativo e assim orienta a elaboração da LOA no segundo período, bem como é executada ao longo do exercício financeiro subsequente.
- A sessão legislativa não poderá ser interrompida sem aprovação da LDO.
- Integrará a LDO no exercício a que se refere e nos 2 subsequentes (apenas para o Orçamento Fiscal e o de Seguridade Social da União):
 - Anexo com previsão de agregados fiscais; e
 - Proporção dos recursos para investimentos que serão alocados na LOA.

8) Lei Orçamentárias Anual

- i. A Lei Orçamentária Anual (LOA) é o orçamento propriamente dito. Cabe a ela **prever as receitas e fixar as despesas**.
- ii. Em caráter de **exceção** ao princípio da **exclusividade**, trará:
 - Autorizações para abertura de créditos adicionais suplementares; e
 - Operações de crédito, inclusive por antecipação de receita - ARO.
- iii. **São orçamentos que compõem a LOA:**
 - Orçamento Fiscal (OF);
 - Orçamento de Investimento (OI) das Estatais (estatais não dependentes, as demais entram nos 2 outros orçamentos); e
 - Orçamento da Seguridade Social (OSS) - abrange saúde, previdência e assistência social.
- iv. O orçamento **fiscal** e o de **investimento das estatais**, compatibilizados com o PPA, terão, dentre suas funções, a de reduzir as desigualdades inter-regionais, segundo o critério populacional.



- v. Vigência: **anual**.
- vi. **Emendas** à LOA:
 - Compatíveis com o PPA e com a LDO.
 - Os recursos para custeá-las devem ser provenientes da anulação de despesa, desde que não incidam sobre dotação para pessoal e seus encargos, serviço da dívida e transferências tributárias constitucionais; ou relacionadas a correções de erros ou omissões.

LRF Parte II: Despesa Pública na LRF

9) Geração de despesa

- ✓ A **criação, expansão ou aperfeiçoamento** de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I – estimativa, com as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos **dois** subsequentes;

II – declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem **adequação** orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e **compatibilidade** com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

10) Despesa obrigatória de caráter continuado

- ✓ Considera-se obrigatória de caráter continuado: a despesa corrente **derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo** normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período **superior a dois exercícios**. Por exemplo, o aumento da remuneração de servidores públicos.

11) Despesa Orçamentárias correntes x Capital

- **Despesas Orçamentárias Correntes**: classificam-se nessa categoria todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um



bem de capital. Exemplos: pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida, aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, etc.

- **Despesas Orçamentárias de Capital:** classificam-se nessa categoria aquelas despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. Exemplos: investimentos, como a construção de aeroportos; inversões financeiras, como a aquisição de um prédio já em utilização; amortização da dívida, etc.

12) Restos da pagar


- ✓ Restos a pagar não processado **a liquidar**: houve o empenho dentro do exercício financeiro e o credor só entregará o produto no exercício seguinte (se for um bem, por exemplo).
- ✓ Restos a pagar não processado **em liquidação**: o empenho foi emitido, o fornecedor entregou os bens ou prestou o serviço, porém esse está em fase de verificação, sem que se tenha procedido o estágio da liquidação.

13) Cenários com RAP não processados

- ✓ RAP não processado $>$ despesa : O excedente deverá ser **empenhado** na rubrica de despesa de exercício anterior.
- ✓ RAP não processado $<$ despesa: Há um **cancelamento** do excedente inscrito, ocasionando uma desincorporação do passivo financeiro.
- ✓ RAP não processado $=$ despesa : Procede-se a **liquidação e pagamento** da despesa.

14) Despesa com pessoal

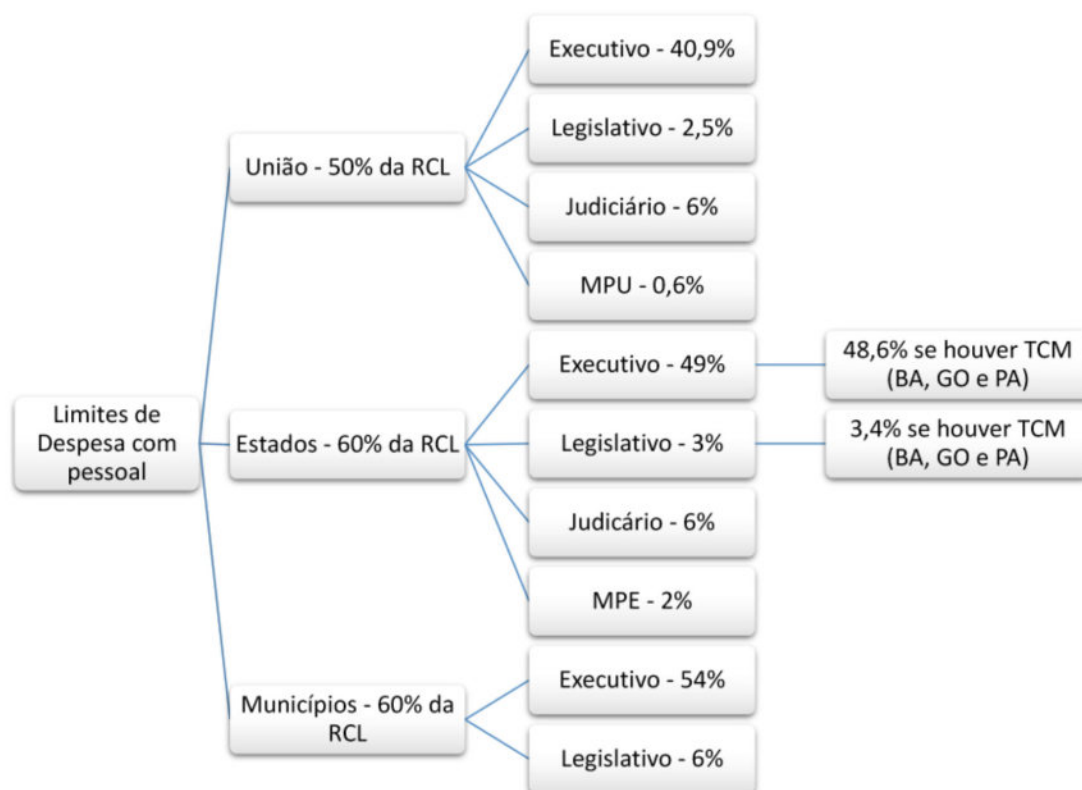




Para os efeitos da LRF, entende-se como despesa total com pessoal¹³:

O somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

15) Limites de Despesa com pessoal



16) Controle de Limite de Gasto com Pessoal



- ✓ Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo e pensionistas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar
(...)^{2º} Decorrido o prazo estabelecido na lei complementar referida neste artigo para a adaptação aos parâmetros ali previstos, serão imediatamente suspensos todos os repasses de verbas federais ou estaduais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que não observarem os referidos limites.
- ✓ Os aumentos de despesas com pessoal, independentemente da forma ou do órgão, só poderão ser feitos:

I – se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II – se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

É nulo de pleno direito

Art. 21. É nulo de pleno direito:

I - o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:

a - às exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar, e o disposto no inciso XIII do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição;

referentes aos temas "Geração de Despesa" e "Despesa Obrigatória de Caráter Continuado"

é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público

A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

I – se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II – se houver autorização específica na LDO, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

b - ao limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.

SÉRGIO MENDES



Art. 21. É nulo de pleno direito:

(...)

II - o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal nos 180 dias anteriores ao final do mandato do titular de Poder ou órgão;

III - o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal que preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final do mandato do titular de Poder ou órgão;

IV - a aprovação, a edição ou a sanção, por Chefe do Poder Executivo, por Presidente e demais membros da Mesa ou órgão decisório equivalente do Poder Legislativo, por Presidente de Tribunal do Poder Judiciário e pelo Chefe do MP, da União e dos Estados, de norma legal contendo plano de alteração, reajuste e reestruturação de carreiras do setor público, ou a edição de ato, por esses agentes, para nomeação de aprovados em concurso público, quando:

a) resultar em aumento da despesa com pessoal nos dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo; ou b) resultar em aumento da despesa com pessoal que preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo.

§ 1º As restrições de que tratam os incisos II, III e IV:

I - devem ser aplicadas inclusive durante o período de recondução ou reeleição para o cargo de titular do Poder ou órgão autônomo; e

II - aplicam-se somente aos titulares ocupantes de cargo eletivo dos Poderes referidos no art. 20.



17) Limite de Alerta

- ✓ O limite de **alerta** é emitido pelo respectivo Tribunal de Contas quando o limite total ultrapassar **90%** do total.
- ✓ O Limite de **prudência** ocorre quando o limite ultrapassar **95%** do total, sendo que, a partir desse percentual, são impostas algumas **vedações**, exibidas abaixo.

Limite de alerta = 90%

Limite de Prudência = 95%



Concessão de **vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração** a qualquer título, **salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices**

Criação de cargo, emprego ou função.

Alteração de estrutura de carreira que **implique aumento de despesa**.

Provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de **educação, saúde e segurança**.

Contratação de hora extra, salvo no caso das situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias



Limite Ultrapassado

LIMITE ULTRAPASSADO (art. 23) → > 100% do limite

Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão, ultrapassar os limites definidos, sem prejuízo das medidas previstas no limite prudencial, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos **§§ 3º e 4º do art. 169 da CF/1988.**

Para o cumprimento dos limites estabelecidos com base no que estudamos na LRF, a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios adotarão as seguintes providências:

- Redução em pelo menos 20% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança.
- Exoneração dos servidores não estáveis.
- Exoneração de servidor estável (se as medidas anteriores não forem suficientes), desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal.

O servidor que perder o cargo fará jus a indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.

Lei federal disporá sobre as normas gerais a serem obedecidas para a efetivação desse dispositivo.

O cargo objeto da redução prevista será considerado extinto, vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de quatro anos.

✓ Não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o Poder ou órgão não poderá:

- Receber transferências voluntárias, ressalvadas as destinadas à saúde, à educação e à assistência social.
- Obter garantia, direta ou indireta, de outro ente.
- Contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao pagamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal



Exceções aos prazos do art. 23:

Exceções aos Prazos do art. 23 para Redução das Despesas com Pessoal


LC 164/2018

Não se aplicam
(art. 23, §§ 5º e 6º)

não se aplicam ao Município em caso de queda de receita real superior a 10%, em comparação ao correspondente quadrimestre do exercício financeiro anterior, devido a:

- I – diminuição das transferências recebidas do Fundo de Participação dos Municípios decorrente de concessão de isenções tributárias pela União; e
- II – diminuição das receitas recebidas de royalties e participações especiais.

A exceção acima só se aplica caso a despesa total com pessoal do quadrimestre vigente não ultrapasse o limite percentual previsto no art. 19 desta Lei Complementar, considerada, para este cálculo, a receita corrente líquida do quadrimestre correspondente do ano anterior atualizada monetariamente.



18) Condições para realização de despesa

- ✓ Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:
 - I - Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos **dois subsequentes**;
- ✓ II - **declaração** do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

LRF Parte I: Introdução à LRF. Planejamento

19) Planejamento

- ✓ O PPA é o instrumento que estabelece, de forma **regionalizada**, as **diretrizes, objetivos** e **metas** da administração pública federal para as **despesas de capital** e **outras** delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração **continuada**.



- ✓ A LDO é um instrumento tipicamente de planejamento. Estabelece **metas e prioridades** da administração pública federal, incluindo as **despesas de capital** para o exercício financeiro subsequente, orientará a **elaboração da lei orçamentária anual**, disporá sobre as **alterações na legislação tributária** e estabelecerá a **política de aplicação** das agências financeiras oficiais de fomento.
- ✓ A LOA, segundo a LRF:
 - I -conterá, em anexo, **demonstrativo da compatibilidade** da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o § 1º do art. 4º;
 - II -será acompanhado do **documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição**, bem como das **medidas de compensação** a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;
 - III -conterá **reserva de contingência**, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao:
 - a) (VETADO)
 - b) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos
- ✓ Atribuições da LDO, de acordo com a LRF:

ATRIBUIÇÕES DA LDO NA LRF	EQUILÍBRIO ENTRE RECEITAS E DESPESAS
	CRITÉRIOS E FORMA DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO
	NORMAS RELATIVAS AO CONTROLE DE CUSTOS E À AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS DOS ORÇAMENTOS
	CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS PARA TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS A ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS

20) Execução Orçamentária

- ✓ **Até trinta dias** após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do art. 4º, o Poder



Executivo estabelecerá **a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.**

- ✓ O contingenciamento é obrigatório quando o Governo verificar que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais.

21) Receita Corrente Líquida

- ✓ Receita Corrente Líquida (RCL), utilizada como referência na despesa pública, como no cálculo do limite para as despesas de pessoal, dívida pública, operações de crédito e concessão de garantia.
- ✓ A RCL corresponde ao somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:
 - **Na União:** os valores transferidos aos estados e municípios por determinação constitucional ou legal, e as contribuições mencionadas na alínea "a" do inciso I e no inciso II do art. 195 (relacionadas à seguridade social) e no art. 239 da CF/1988 (PIS, PASEP).
 - **Nos estados:** as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional.
 - **Na União,** nos estados e nos municípios: a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da CF/1988 (compensação entre os diversos sistemas previdenciários).



- No DF, no Amapá e em Roraima: recursos transferidos pela União decorrentes da competência da própria União para organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e a Defensoria Pública dos Territórios; organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do DF, bem como prestar assistência financeira ao DF para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio; e, ainda, despesas da União com servidores dos ex-territórios do Amapá e de Roraima.

Falhas de mercado



22) Definição de Finanças Públicas

- Finanças públicas é uma área da economia que estuda o **pagamento e o custeio das atividades públicas** (coletivas ou governamentais), assim como a administração e o desempenho destas atividades.

23) Tipos de Política Fiscal

- Quando o governo aumenta seus gastos (G) ou reduz a tributação (T), dizemos que ele está adotando uma **política fiscal expansionista**. Simetricamente, quando o governo diminui seus gastos ou aumenta a tributação, estamos diante de uma **política fiscal restritiva** – também chamada **contracionista**.



Políticas Fiscais	
 <p>Expansionistas</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Aumento no valor do Bolsa Família (↑G: transferências); ➤ Aumento dos subsídios dos servidores públicos federais (↑G: despesas); ➤ Construção de uma nova sede do Banco Central em Salvador (↑G: despesas); ➤ Redução da alíquota do Imposto de Renda (↓T: impostos); ➤ Isenção de IPI de eletrodomésticos (↓T: impostos). 	 <p>Restritivas</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Recriação da CPMF (↑T: impostos); ➤ Fechamento de delegacias da Receita Federal (↓G: despesas); ➤ Aumento de idade mínima para aposentaria (↓G: transferências); ➤ Redução de créditos subsidiados ao agricultor (↓G: transferências); ➤ Criação do Imposto sobre Grandes Fortunas (↑T: impostos).

24)Tipos de Política Monetária

- Quando o Banco Central aumenta a oferta monetária, dizemos que ele está adotando uma **política monetária expansionista**. O contrário ocorre quando o Bacen diminui a oferta monetária: **a política monetária é restritiva**.

Políticas Monetárias	
 <p>Expansionistas</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Compra, pelo Banco Central, de títulos públicos no mercado aberto; ➤ Redução da taxa de redesconto; ➤ Aumento dos redescontos (notou a diferença em relação ao item acima?); ➤ Emissão de moeda; ➤ Diminuição das alíquotas de reservas/depósitos compulsórios; ➤ Compra, pelo Banco Central, de moeda estrangeira de exportadores brasileiros. ➤ Aumento da segurança dos bancos por meio de normatização de garantias. 	 <p>Restritivas</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Venda, pelo Banco Central, de títulos públicos no mercado aberto; ➤ Aumento da taxa de redesconto; ➤ Redução dos redescontos; ➤ Aumento das alíquotas de reservas/depósitos compulsórios; ➤ Venda, pelo Banco Central, de moeda estrangeira aos importadores brasileiros. ➤ Aumento das exigências a serem cumpridas pelos bancos, como direcionamento do crédito.

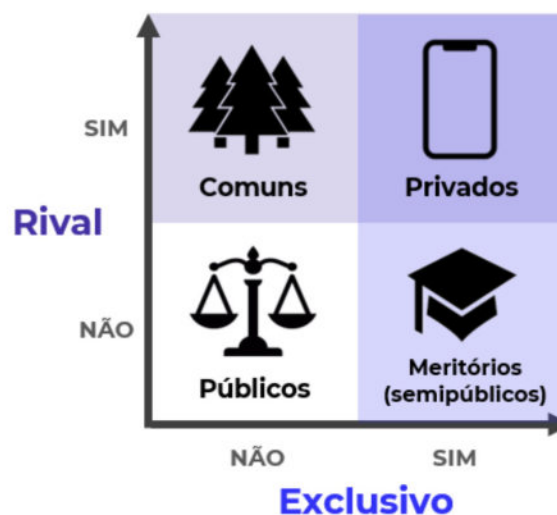
25)Objetivos da intervenção do Estado na Ordem Econômica

- O objetivo da Economia do Setor Público é compreender e corrigir ***falhas de mercado***. Do ponto de vista da disciplina Finanças Públicas, podemos resumir e definir que seus objetivos são:
 - ▶ Fornecer ***bens públicos***;
 - ▶ Reduzir ***externalidades negativas***;
 - ▶ Reduzir ***assimetrias de informações***;

26) Conceito de Falhas de Mercado

- ***Falhas de Mercado*** são causa de ineficiência dos mercados. Em outras palavras: na presença de falhas, o mercado não consegue – sem ajuda – atingir uma situação ótima, na qual a sociedade obtém o maior nível de bem-estar possível. As falhas podem assumir diversos tipos, dos quais ***são destaques nas provas***:
 - ▶ bens públicos
 - ▶ externalidades (positivas e negativas)
 - ▶ informações assimétricas (com destaque para o risco moral e a seleção adversa).

27) Tipos de Bens de acordo com a rivalidade e exclusividade



28) Externalidades



- **Externalidades** são os efeitos que as ações de um indivíduo (ou grupo) têm sobre os demais. Elas podem ser **positivas**, quando as ações do indivíduo trazem benefícios aos demais, ou **negativas**, caso contrário. A poluição que uma fábrica lança ao ar é um exemplo clássico de externalidade negativa, enquanto a limpeza residencial, que tem por consequência eliminação do famigerado Aedes, é um ótimo exemplo de externalidade positiva.

Funções do Estado (Distributiva, Alocativa, Estabilizadora)

29) Função Distributiva

- A função **distributiva** é relacionada à redução das diferenças econômicas e sociais da população. Grosso modo, o governo exerce essa função sempre que, de alguma forma, favorece as camadas mais carentes da população, em detrimento ou não das mais ricas. Os instrumentos utilizados nessa função são: **Transferências; Impostos (tributação); Subsídios.**

30) Função Alocativa

- A função **alocativa** consiste, basicamente, na regulação ou fornecimento de bens públicos ou semipúblicos (como saúde e educação).

31) Função Estabilizadora

- Após a Grande Depressão (1929), percebeu-se que o mercado não era capaz, pelo menos no curto prazo, de evitar grandes distorções e desequilíbrios. Cabe, portanto, ao governo buscar atenuar os chamados ciclos econômicos e as oscilações, usando as políticas econômicas (fiscal, monetária e cambial) para tanto. Essa é a **Função Estabilizadora**. Por exemplo: ao notar queda na atividade econômica, o governo pode adotar a política fiscal expansionista, aumentando seus gastos para tentar reaquecer a economia.



Vamos ficando por aqui.

Espero que tenha gostado do nosso Bizu!

Bons estudos!

Vinicius Peron Fineto



@viniciuspfinto

Leonardo Mathias



@profleomathias



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.